



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 13/2015

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 08 de julho de 2015*

----- Aos oito dias do mês de julho de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas quinze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O vereador Paulo Paulino interveio para fazer uma breve retrospectiva das iniciativas ocorridas no concelho, nomeadamente o “Festival de Folclore e as Mil e uma Noites de Acordeão”, a 4 e 5 de julho, em Martim Longo, bem como endereçar uma palavra de apreço ao Grupo Desportivo de Alcoutim, pelo facto de se ter consagrado tri-campeão Regional de Canoagem, e ao Grupo Amigos de Alcoutim pela organização do encontro de poetas “Praça da Canção”, de Manuel Alegre, a 4 de julho. -----

----- O presidente usou da palavra para endereçar igualmente votos de

P

congratulação e de reconhecimento pelas iniciativas/eventos referidos, dado que são atividades que dignificam o município, bem como todo o concelho. Deu nota ainda da reunião tida com o novo Alcalde de Sanlúcar de Guadiana, José María Perez, no sentido de preparar/organizar um entendimento mais alargado, no que concerne às travessias do rio Guadiana, bem como em outras áreas. ----

----- O vereador José Pereira interveio para mostrar a sua admiração, pelo facto de não fazerem referência à conferência “Alcoutim e o Futuro”, realizada a 06 de julho, dado que é uma iniciativa de extrema importância para o concelho e organizada pela Edilidade, e como tal questiona qual o balanço efetuado sobre a mesma. -----

----- O presidente usou da palavra para informar que a matéria da conferência estava alinhada para o vereador José Galrito, porém, informa que se encontram a elaborar um documento escrito, e que posteriormente dará conhecimento dessas conclusões. Continuou referindo que a ideia deste evento, nomeadamente em alguns painéis era o envolvimento do público partilhado com os oradores, através dos relatos/contributos das suas experiências. Deu nota de seguida que foram abordados vários temas/matérias, designadamente a interioridade, fixação da população, turismo a nível do alojamento, etc. Findou referindo que é através destes debates e demais contributos, que “devemos tentar” melhorar e criar condições para solucionar os problemas identificados.

----- O vereador José Galrito interveio para corroborar com a intervenção anterior e adiantar que são problemas já identificados há já algum tempo, todavia, é da opinião que é difícil avançar sem financiamento, com determinadas soluções, sendo que o objetivo primordial da conferência foi envolver a sociedade civil no debate. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que um dos maiores problemas identificados há já vários anos é o fenómeno da desertificação, recordando de seguida que em anos anteriores, o executivo permanente enquanto oposição considerava que esse fenómeno se solucionava com uma “varinha de condão”. De seguida questionou, no seguimento de uma entrevista dada pelo sr. presidente, no que concerne à operacionalização de uma política de desenvolvimento económico do concelho, se já está em condições de informar qual a política e ideias de desenvolvimento que pretende

implementar, bem como no combate à desertificação? . -----

----- O vereador José Galrito interveio para mencionar que enquanto oposição debateu várias vezes o tema desertificação/despovoamento, todavia, esse fenómeno era falado igualmente em outros executivos, dado que é o fenómeno que já foi detetado há já algum tempo. Finalizou referindo que o anterior executivo teve vinte anos na Edilidade e não conseguiu travar o fenómeno, uma vez que é uma matéria que depende em “parte de privados e às vezes mesmo a Autarquia criando condições, existe a dificuldade da fixação da população”. -----

----- O presidente usou da palavra para frisar que o estado de envelhecimento da população condiciona sobremaneira a aplicação de medidas no combate à desertificação, sendo da opinião que não é uma medida em concreto, nem com uma “varinha de condão” que vai solucionar o fenómeno, mas sim com um conjunto de medidas que “possamos” implementar de forma integrada, para a melhoria das condições de vida da população, e as quais tem conhecimento que não existe concordância em parte, do vereador José Pereira, tendo de seguida enumerado, em sua opinião, as medidas que podem conduzir a uma melhoria das condições de vida, nomeadamente o incentivo à natalidade, o aumento das relações comerciais dentro do concelho, no melhoramento do tecido económico/ empresarial, na descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, bem como a nível de regulamentações. -----

----- O vereador José Galrito interveio novamente para referir que o apoio à natalidade criará sustentabilidade em algumas empresas no concelho, bem como alguns “nichos de mercado”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que o sr. presidente não deve proferir “certas acusações, nomeadamente que sou contra isto ou aquilo””, sem existir uma justificação plausível, devendo ser em sua opinião, concreto, dado que sempre votou favoravelmente, em reunião de Câmara o referido apoio, tendo questionado de seguida se o presidente concorda com todos os apoios implementados ( na área da Ação Social, Educação, etc.) no passado, tendo referido que “o mesmo concorda, dado que procedeu com eles”. Quanto à desertificação mencionou que corrobora com o presidente, no sentido de considerar que “não é com uma medida concreta”, nomeadamente


R

com o incentivo à natalidade que vai combater a desertificação, mas sim com políticas de captação de investimento (público e privados) para gerar emprego. Ainda mencionou que está em desacordo com o presidente, quanto à descentralização de competências, designadamente na limpeza das povoações, uma vez que em anteriores mandatos, a Câmara Municipal ou Juntas de Freguesia atribuíam verbas a privados, com montantes inferiores, “e aí motivavam as empresas a criar investimento privado, a injetar dinheiro público no privado”. Findou a sua intervenção referindo que o presidente teve a oportunidade de contratualizar um acordo, “e à última hora rasgo-o”, por estar refém político e por colocar os interesses do partido à frente dos do município, bem como informar que as Edilidades de Castro Marim e VRSA apresentaram uma candidatura num montante de um milhão de euros. -----

----- O presidente interveio para referir que gostaria de abordar/discutir a matéria em discussão, profundamente com o vereador, e que no momento não temos conhecimento do valor que irá ser validado, na candidatura efetuada, pelas Câmaras Municipais (Castro Marim e VRSA). -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para questionar se “quem faz as travessias (rio Guadiana) são empresas privadas e não os municípios?”, e mencionar que espera que na reunião com o Alcalde de Sanlúcar de Guadiana, tenham sido abordados igualmente questões/matérias interessantes para os dois municípios. Quanto à natalidade referiu que é a favor desse apoio, no entanto, observa através de outros municípios (Penacova, etc.) que essa medida não faz aumentar a população e diminuir a desertificação. ---

----- Os vereadores opositores apresentaram o seguinte requerimento que se passa a transcrever: “ José Carlos da Palma Pereira e Dalila Manuela da Costa Barros, vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Alcoutim pelas listas do Partido Social Democrata, ao abrigo da Lei n.º 24/98 que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, veem requerer a V/ Ex<sup>a</sup>., que nos seja facultado/fornecido quinzenalmente, junto dos documentos referentes Às reuniões de Câmara, os documentos abaixo mencionados: listagem com acordos, protocolos e subsídios financeiros; relatório sobre as atividades e obras da Câmara Municipal; resumo diário da tesouraria pedem deferimento”.



----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para proferir o seguinte discurso: “ Em reunião de Câmara de 24 de junho, questionei o senhor presidente relativamente à falta de enfermeiros no centro de saúde de Alcoutim, nomeadamente, o que foi feito nesse sentido, que medidas foram tomadas, se houve ou não contato com a ARS Algarve, ao que o senhor alegou que a falta de enfermeiros estava solucionada, uma vez que em conversa com o médico em substituição da Dra. Conceição Cunha, o tinha informado da vinda de um enfermeiro. Gostaria que me informasse se esse enfermeiro já está a prestar funções, no centro de saúde de Alcoutim? E se o senhor tem conhecimento que a freguesia de Martim longo, neste momento, está sem médico. Unidade móvel de Saúde – O senhor demonstrou a maior falta de respeito pelos alcoutenejos, com a unidade móvel de saúde, durante mais de um ano, não foi conduzida por profissionais de saúde, nomeadamente falta de enfermeiros e médicos, só eles possuem saberes e competências com tais práticas, mas o senhor optou por socorristas, contrariando o definido em protocolo. Congratulo-me hoje por ver na página da Câmara que a partir de 1 de julho, a unidade móvel irá usufruir de um médico e de um enfermeiro. Questiono quem é o médico, quem é o enfermeiro, e qual o horário de funcionamento, uma vez que o mapa de calendarização apenas refere os locais e datas. Quando não se possui uma visão ampla e adequada sobre as coisas, não se disponibiliza recursos, não se emprega forças, foi o que aconteceu com o tabagismo e o alcoolismo em Alcoutim, dois flagelos cuja luta foi completamente abandonada. Ou será que estas duas patologias simplesmente já não existem. Só é cego aquele que não quer ver. Foram completamente eliminados todos os outdoors cujo objetivo seria o de sensibilizar os dependentes para o tratamento, importantes instrumentos de motivação, com resultados evidentes, mas foram substituídos por outdoors de empresas privadas, que não pagam qualquer valor. Sei que o senhor não está familiarizado com ações de prevenção e promoção à saúde, sei que não é a sua área de formação, mas um presidente tem que ter uma visão mais ampla das responsabilidades sociais, faça um esforço, a saúde dos Alcoutenejos, dependem em parte de si”. -----

----- O presidente usou da palavra para esclarecer que teve conhecimento que o Dr. José Tavares necessitou de se ausentar durante uma semana, por

R

motivos pessoais, e que o enfermeiro, em falta, já se encontra a trabalhar no centro de saúde de Alcoutim. Quanto aos profissionais de saúde afetos à Unidade Móvel de Saúde informou que são o Dr. José Tavares e Dr. Óscar Oliveira (médicos), e enfermeiro Joaquim Seabra ou enfermeiro da Cruz Vermelha, sendo o horário de atendimento a partir das 18.00 H, conforme disponibilidade do médico afeto a mesma. Em relação à campanha antitabágica/álcool, questionou a vereadora, no seguimento da mesma, ser da opinião que o programa da natalidade “não faz crescer a população”, se as referidas campanhas acabaram com o problema do álcool? Ao qual foi esclarecido pela sr<sup>a</sup>. vereadora que não acabaram, mas ajudaram. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar o sr. presidente, no que concerne à falta de médico, em Martim Longo, qual a atitude tomada para solucionar o problema? E se foi junto da Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS) mostrar a sua preocupação/indignação. -----

----- O presidente interveio novamente para mencionar que lhe foi reportada a situação em questão. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para salientar que a mensagem dos outdoors são estratégias políticas de cada executivo, no entanto, os vereadores da oposição estão no direito de demonstrarem a sua opinião. ---

----- O presidente usou da palavra para evidenciar que as matérias/assuntos, referentes ao tabaco/álcool são resolvidos de forma discreta e submetidos/encaminhados para o Gabinete de Ação Social, dado que “não necessita de colocar na imprensa (fotografias), que está a ajudar alguém”, tendo o vereador José Pereira questionado quantos processos de tabagismo/alcoolismo foram tratados, neste mandato, ao qual foi esclarecido que foram dois municípios. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra novamente para questionar se a ARS, como responsável pela saúde no Algarve, não deveria ter conhecimento, atempadamente, sobre a ausência do médico, em Martim Longo e ter solucionado a anomalia, tendo o vereador José Pereira usado igualmente da palavra para referir que concorda com o mencionado, porém, considera que “devemos fazer ouvir a nossa voz, e não foi o que aconteceu”, bem como

adiantar que poderia ter sido mais uma competência que poderia ter sido descentralizada (área da saúde).-----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para mencionar que questionou, em reuniões passadas, sobre a falta do enfermeiro (um mês ou dois) no centro de saúde e se tinha contactado a ARS, e o presidente não respondeu, porque não estava minimamente interessado. Quanto ao ser discreto, na resolução dos assuntos, deu como exemplo a ida do presidente para a localidade das Alcarias, com unidade móvel. Continuou proferindo o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ Em reunião de assembleia de 26 de junho de 2015, e sobre a intervenção de um dos membros do PS, sobre o assunto “ estátuas, monumentos e figuras” cumpre-nos informar: -----

Arte – pode ser entendida como a atividade humana ligada às manifestações de ordem estética ou comunicativa, realizada por meio de uma grande variedade de linguagens, tais como arquitetura, escultura, etc., etc., etc. -----

Amizade - é um relacionamento humano que envolve o conhecimento mútuo e a afeição, além da lealdade, etc., etc., etc.. -----

Pelo que pudemos entender, são dois instrumentos que de nenhuma forma se podem imiscuir, a não ser pela forma insinuante que alguém se deixou corromper. As insinuações dão ensejo a resposta: Em outubro de 2012, mais concretamente numa das edições da Feira da Perdiz, e tendo conhecimento dos trabalhos elaborados pelo Eng.º Carlos Correia, o Presidente da Câmara, solicitou-lhe o empréstimo de algumas peças, de forma a enriquecer o espaço, uma vez que as mesmas se relacionavam com a prática da cinegética, e também como forma de divulgação dos seus trabalhos. Estiveram em exposição nos dois dias de feira, o cão, a águia, o mocho e o caçador. Finda a feira, o autor doou à edilidade a estátua do caçador e colocou à disposição, a águia para exposição que acabou por ser colocada no relvado do castelo. Mais tarde, criou outras peças, entre as quais o contrabandista invisível, que foi trazida e colocada pelo autor sobre a base de mármore, junto aos repuxos, no centro da vila de Alcoutim. Tendo sido presenteado pelo autor ao Francisco Amaral e não adquirido pelo executivo. Ainda que ilícito, o contrabando, foi importante como meio de vida dos habitantes das margens do rio Guadiana, sendo por isso a estátua do contrabandista invisível um ex. libris de Alcoutim, para além da

R

originalidade da sua estrutura. Por tais considerações, e por ser o espaço mais fotografado em Alcoutim, foi intenção de Francisco Amaral, a cedência da estátua do contrabandista, pretendeu que fosse elaborado um protocolo de cedência da mesma, elaborado pela Câmara de Alcoutim, mas até hoje, tal documento não foi elaborado. O sr. presidente, teve conhecimento à largos meses desta intenção, no entanto deixou que a bancada do partido socialista da assembleia municipal, se movesse por suspeitas caluniosas, pondo em causa o bom nome e reputação daqueles que tem em Alcoutim, o lugar para viver, é esta a maneira de governar, é por estas razões que o sr. se move? Explicou à sua bancada que a referida estátua esteve vários meses completamente ao abandono, e a necessitar de manutenção, o próprio autor, informou esta Câmara para tal facto, mas o senhor não quis colaborar. Acha que as insinuações efetuadas pela porta-voz do partido socialista da assembleia municipal de alguma forma ajudam a que se concretize a elaboração do acordo? Como é que o senhor se identifica com tão vis afirmações? Revê-se o senhor nas declarações difamatórias proferidas? Será este o caminho mais correto e coerente, para trazer de volta a estátua a Alcoutim? Sendo o senhor conhecedor do assunto porque não esclareceu a Assembleia? Tendo dúvidas, porque não levantou um processo de inquérito? Para finalizar, somos apologistas de que se deve respeitar tudo, mas também somos apologistas de que se alguém não respeita, então também não merece ser tão respeitado quanto isso. Aproveitamos a oportunidade para lhe oferecer uma brochura elaborada pela Câmara de Castro Marim, a fim de poderem ter alguns elementos para a elaboração do inquérito de averiguações". -----

----- O presidente interveio para referir que não corrobora com o mencionado, pela forma como a vereadora interpreta aquilo que é o exercício democrático, bem como adiantar que não pode condicionar a Assembleia Municipal sobre os assuntos a debater no órgão. Ainda mencionou que explicou, no final da dita reunião, que tinha ocorrido uma conversa informal com o presidente da Câmara de Castro Marim, Dr. Francisco Amaral, para clarificar o assunto, e que esperava serenamente que fosse cumprido esse diálogo, tendo a vereadora usado da palavra para referir que a Edilidade de Alcoutim é que ficou de elaborar o protocolo, "há meses". -----



----- O presidente findou a sua intervenção, referindo que terminou o período antes da ordem do dia, passados que estavam os sessenta minutos, previstos em regimento. -----

----- O vereador José Pereira interveio para informar que o período antes da ordem do dia não poderá terminar, dado que tem assuntos importantes para abordar, sendo da opinião que o presidente deverá prorrogar o tempo por mais trinta minutos, sendo esta pretensão declinada pelo presidente. -----

----- Os vereadores da oposição ausentaram-se da reunião, referindo “que o presidente não cumpriu o regimento, nomeadamente dar mais trinta minutos de tolerância, para debater assuntos importantes para o concelho, e por estarmos a confronta-lo com questões que o mesmo não quer responder”. -----

----- O presidente prosseguiu a reunião com os vereadores Paulo Paulino e José Galrito. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 12/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 24 de junho de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida Ata. -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º127) respeitante ao dia 07 de junho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.351.520,83; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.033.645,85; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 310.462,83 -----

----- Foi distribuída a informação solicitada, na reunião anterior, designadamente sobre o relatório de óbitos (2005/2015), natalidade (n.º de apoios). -----

R

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – LAR DE MARTIM LONGO – AJUSTAMENTO DO PLANO DE TRABALHOS RESULTANTE DA APROVAÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à respetiva ratificação do despacho de aceitação do plano de trabalhos ajustado em função dos erros e omissões aprovados em reunião de Câmara de 09 de junho de 2015, proferido em 02 de junho de 2015, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para informar que o assunto em discussão trata-se de um ajustamento do plano de trabalhos e não de uma prorrogação, tendo em conta a aprovação dos erros e omissões, da última reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **JOÃO EULÁLIO DIAS PEDRO – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE:** Foi presente um requerimento de João Eulálio Dias Pedro, residente na Praça 1.º de maio, n.º 5 / Castro Marim, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade dos prédios rústicos: -----

Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 9 e secção n.º 46, da freguesia de Giões, no sítio do Almarjão, com a área de 0,040 ha em nome de Manuel José;-  
Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 15 e secção n.º 20, da freguesia de Giões, no sítio do Sabino, com a área de 0,1740 ha em nome de Manuel José;-  
Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 17 e secção n.º 20, da freguesia de Giões, no sítio das Cebolas, com a área de 0,3610 ha em nome de Manuel José;-

Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 25 e secção n.º 56, da freguesia de Giões, no sítio das Eiras, com a área de 0,0320 ha em nome de Manuel José;-  
Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 48 e secção n.º 19, da freguesia de Giões, no sítio Cerca da Sarrapeira, com a área de 0,0490 ha em nome de Manuel José; -----

Em regime de dois partes, cabendo a quota de  $\frac{1}{2}$  em nome de Dionísia Gomes Marques Viegas, e  $\frac{1}{2}$  em nome de João Manuel Gomes Marques, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **JOÃO EULÁLIO DIAS PEDRO – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE:** Foi presente um requerimento de João Eulálio Dias Pedro, residente na Praça 1.º de maio, n.º 5 / Castro Marim, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 49 e secção n.º 30, da freguesia de Giões, no sítio da Horta do Brejo, com a área de 0,148 ha,  $\frac{1}{3}$  em nome de Joaquim Marques,  $\frac{1}{3}$  em nome de Manuel José e  $\frac{1}{3}$  em nome de José Marques. -----

--- Em regime de quatro partes, cabendo a quota de  $\frac{1}{3}$  em nome de Joaquim Marques,  $\frac{1}{6}$  em nome de Dionísio Gomes Marques Viegas,  $\frac{1}{6}$  em nome de João Manuel Gomes Marques e  $\frac{1}{3}$  em nome de José Marques, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

15

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **MARIA CÂNDIDA CAIMOTO AMARAL – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE:** Foi presente um requerimento de Maria Cândida Caimoto Amaral, residente na rua Pedro Nunes, n.º 11 / Alcoutim, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédios rústicos: -----

Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 137 e secção n.º 040, da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, no sítio da Horta de Cima, com a área de 0,64 ha, em nome de cabeça de casal Maria Augusta Cadenas Caimoto; -----

- Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 14 e secção n.º 041, da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, no sítio do Cerro dos Gigantes, com a área de 4,944 ha, em nome de cabeça de casal Maria Augusta Cadenas Caimoto; --

Em regime de três compartes, cabendo a quota de 1/3 em nome de Maria da Conceição Caimoto Amaral, 1/3 em nome de Francisco augusto Caimoto Amaral, 1/3 em nome de Maria Cândida Caimoto Amaral, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CORPO NACIONAL DE ESCUTAS/AGRUPAMENTO N.º 1107 DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA) e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta a rubrica de despesa corrente 0202 040701 para o ano de 2015, deliberar aprovar uma atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de € 500,00 (quinhentos euros), ao Agrupamento n.º 1107 de Alcoutim (Corpo Nacional de Escutas), no âmbito da sua atividade inserida no programa “férias desportivas 2015”.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA) e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta a rubrica de despesa corrente 0103 040701 para o ano de 2015, deliberar aprovar uma atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de € 490,00 (quatrocentos e nove euros), à Associação Transfronteiriça Alcoutim/Sanlúcar (ATAS), para fazer face às despesas de funcionamento da Associação.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **FEDERAÇÃO DE CAÇADORES DO ALGARVE** -----

**Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA) e conjugado com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar uma atribuição de uma participação financeira, no montante de € 2.000,00 (dois mil euros), à Federação de Caçadores do Algarve, para fazer face à 20.ª Feira da Caça, Pesca e do Mundo Rural. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário